

Universidade Federal do Ceará
Março de 2021

Projeto de Extensão

Contribuições da sociologia e da política para compreensão e enfrentamento dos desafios da democracia na contemporaneidade

Jakson Alves de Aquino

Resumo

A proposta consiste na realização de palestras e debates para cidadãos comuns sobre o funcionamento da democracia e instituições políticas brasileiras com o objetivo de contribuir para uma ação política mais bem informada. Os eventos serão online durante o período de distanciamento social devido à covid-19 e continuarão a ser disponibilizados na internet mesmo quando as atividades presenciais voltarem a ser viáveis.

Apresentação

A ação proposta consiste na realização de palestras e debates sobre o funcionamento das instituições políticas nas democracias representativas liberais contemporâneas em geral e sobre as instituições políticas brasileiras em particular. O público alvo são estudantes de ensino médio e participantes de movimentos sociais, sindicalistas, partidos políticos e outros agentes relevantes para o funcionamento adequado da democracia.

Além dos eventos ao vivo, também pretendo produzir vídeos didáticos sistematizando as discussões ocorridas.

Os eventos ao vivo serão transmitidos pelo Youtube e os vídeos com as sínteses das discussões também serão disponibilizados no Youtube. Durante o período de distanciamento social devido à pandemia de covid-19, o contato com o público alvo e a realização dos eventos ocorrerá totalmente de forma virtual, utilizando as ferramentas online disponíveis. Quando as condições sanitárias permitirem, os eventos poderão ser presenciais, mas continuarão sendo transmitidos pelo Youtube. Para a realização da ação proposta, será imprescindível contar com a colaboração de bolsista que localize e entreviste pessoas do público alvo para um planejamento adequado das palestras e debates.

Justificativa

Numa democracia ideal, todos os indivíduos adultos seriam considerados cidadãos e participariam igualmente das decisões políticas da sociedade. Entretanto, somente em pequenas comunidades, é possível a realização de assembleias com a participação de todos os adultos e com tempo suficiente para que todos se manifestem e sejam ouvidos. Os países existentes hoje são demasiadamente populosos e complexos para que seja viável a participação direta e suficientemente bem informada de seus cidadãos nas decisões políticas. Assim, o que comumente chamamos de democracia, e que Robert Dahl nomeou de poliarquia (DAHL, 2005), é, dos regimes políticos possíveis, o que melhor permite a resolução pacífica de conflitos. A poliarquia de Robert Dahl é representativa e liberal, ou seja, os cidadãos elegem representantes para os cargos políticos mais importantes (em vez de eles próprios exercerem diretamente essas funções) e podem livremente manifestar suas opiniões e se organizar para conquistar os cargos políticos. Para uma sociedade ser considerada democrática, as eleições têm que ser frequentes, os votos de todos os cidadãos devem ter o mesmo peso e a ocorrência de fraudes deve ser insignificante (DAHL, 2001).

É claro que as democracias representativas e liberais reais têm falhas diversas. Líderes podem, por exemplo, modificar a Constituição de seu país para garantir reeleições indefinidas, modificar a composição de tribunais de

justiça para garantir decisões que lhes sejam favoráveis, fazer ameaças a cidadãos que votem em candidatos de oposição ou aproveitar-se (e esforçar-se para manter) a pobreza para corromper os cidadãos, comprando-lhes os votos. Mesmo nas sociedades em que ataques óbvios às regras do jogo democrático como esses não ocorrem, formas menos óbvias de desvio do ideal democrático estão presentes. A liberdade de opinião é mais formal do que real, pois poucos têm acesso aos meios de comunicação necessários para ter sua opinião conhecida pela maioria da população; a liberdade de associação não se efetiva plenamente, pois os indivíduos, em sua maioria, não têm tempo e dinheiro para arcar com os custos de manutenção de uma organização, ou seja, trata-se de um privilégio reservado para uma elite; a liberdade formal de concorrer a cargos públicos, na prática, em alguns países, é burlada pela realização de julgamentos suspeitos que resultam na prisão de candidatos com chances reais de vencer as eleições...

Além de ser passível de crítica por suas falhas, a própria concepção de democracia representativa é criticada como algo aquém do melhor possível. Uma crítica conceitual à democracia é que ela é fundamentada na concepção de indivíduo autônomo e racional, capaz e com o direito de decidir o que é melhor para si, ou seja, um indivíduo consideravelmente egoísta. Na busca de superar aspectos não democráticos e não republicanos da democracia representativa, alguns propõem que a democracia deveria ser mais participativa e outros que ela deveria ter

mais mecanismos deliberativos.

Até poucos anos atrás, a distância física representava barreira significativa à comunicação entre os cidadãos. A participação direta dos cidadãos no dia a dia das decisões políticas era tecnicamente impossível. Os debates de temas de interesse nacional ocorriam, necessariamente, de modo hierárquico, com a elite política, econômica e intelectual tendo acesso quase exclusivo ao uso de meios de comunicação de massa para divulgar suas ideias e propostas. Com o desenvolvimento da internet, já é tecnicamente possível contar com a participação direta e frequente dos cidadãos em um número muito maior de decisões políticas; a distância física não serve mais de justificativa para se limitar a participação dos cidadãos à eleição de representantes. Existem, atualmente, diversas iniciativas de melhoria da governança por meio da participação eletrônica dos cidadãos nas ações dos poderes executivo e legislativo. Numa das propostas, por exemplo, apelidada de Democracia 4.0, os cidadãos poderiam participar diretamente das votações do parlamento e o peso dos votos dos representantes seria elástico, variando conforme o número de cidadãos comuns participando das votações: se nenhum cidadão comum se interessasse em participar de uma determinada votação, os votos dos deputados teriam peso igual ao de total de eleitores, semelhante ao que ocorre na democracia representativa; se todos os cidadãos resolvessem participar de uma determinada votação, o voto dos deputados contaria tanto quanto o voto de qualquer cidadão, como ocorreria numa

democracia direta (GILABERT, 2013). A Democracia 4.0 é uma resposta a uma crítica comum às propostas de democracia direta: os cidadãos, em sua maioria e na maior parte do tempo, não têm interesse em participar ativamente da política (REIS, 2007).

Os defensores de modalidades de democracia deliberativa propõem a criação de instituições que favoreçam um processo decisório em que pessoas ocupando diferentes posições na sociedade discutam seus problemas em pequenos grupos. O objetivo de diversas propostas de democracia deliberativa é que, em conversações face-a-face, as pessoas venham a conhecer em primeira mão o que pensam e o que sentem outras pessoas com as quais, normalmente, elas nunca conversariam. A expectativa é que os participantes de grupos de deliberação desconstruam os preconceitos que tenham em relação a grupos com os quais não têm contato cotidiano. O contato pessoal permitiria a identificação de valores comuns e, conseqüentemente, facilitaria o surgimento de atitudes de empatia, ou seja, da capacidade de se imaginar no lugar do outro e de ver e sentir o mundo a partir da perspectiva do outro. Em outras palavras, os teóricos deliberacionistas buscam encontrar instituições que retirem os cidadãos de seu isolamento individual e os façam pensar mais no bem coletivo (DRYZEK, 2000; HELD, 2006).

As mulheres, as pessoas de baixa renda e os negros (aqueles se autodeclaram pardos e pretos quando perguntados sobre sua cor ou raça), embora constituam a maioria da população brasileira, são minoritários entre os par-

lamentares. Pessoas LGBTQ+, adeptos de religiões de matriz africana, indígenas e outros grupos, além de minoritários na população, são também sub-representados. Todos esses segmentos sofrem diversos tipos de discriminação que lhes tornam cidadãos com direitos desrespeitados, prejudicando ainda mais a qualidade de uma democracia representativa que já está longe do ideal democrático. A diversidade de condições em que vivem as pessoas resulta numa diversidade de demandas às instituições políticas.

Com o desenvolvimento da internet, ampliação do uso de smartphones e o uso generalizados das mídias sociais, tornou-se mais fácil para qualquer pessoa localizar e contactar outra. Nos anos 2000, alguns pesquisadores eram otimistas e acreditavam que a proliferação do uso da internet, ao reduzir os custos de acesso à informação e de organização, levaria a uma participação política mais qualificada e mais ampla. Outros pesquisadores da mesma época acreditavam que as desigualdades sociais se reproduziriam no mundo virtual e que não ocorreria um empoderamento da massa de cidadãos comuns (RIBEIRO, BORBA e HANSEN, 2016). Entre alguns, havia também um otimismo quanto à facilidade de estabelecimento de práticas deliberacionistas com a proliferação da internet.

Observamos atualmente um acerto dos otimistas quanto à redução do custo de participação e de acesso à informação. Mas, ao contrário de uma participação política qualificada e do encontro de pessoas com pensa-

mento diferentes desenvolvendo empatia mútua, o que se vê é uma ampla participação movida a informações falsas e a formação de bolhas de pessoas com pensamento semelhante, reduzindo ainda mais uma empatia que já era insuficiente para nos libertar do individualismo egoísta que tipicamente resulta da combinação de democracia representativa com valorização do voto individual e regime de produção capitalista com valorização do sucesso individual. Em outras palavras, as mídias sociais têm favorecido a polarização política, ou seja, uma redução do consenso mínimo necessário para manter uma democracia funcionando. Isso é consistente com a observação feita por Dahl (2005) no início da década de 1970 de que a massa de cidadãos comuns demonstrava compreensão menos sofisticada e menor apoio às instituições democráticas do que os cidadãos envolvidos diretamente nas instituições políticas, como sindicalistas, presidentes de associações de moradores e políticos profissionais. Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), os caciques políticos, mal vistos por terem um forte controle pessoal (e, portanto, antidemocrático) sobre os processos políticos das democracias representativas, desempenham, ou desempenhavam, um importante papel na manutenção dos regimes democráticos ao boicotar líderes populistas emergentes. Além das instituições apontadas por Dahl (2001, 2005) como necessárias a uma democracia, regras tácitas como a abstenção de usar todo o poder político disponível para massacrar os inimigos políticos eram observadas pelos caciques políticos que dependiam da democracia representativa funcionando para se manter com poder.

Para Mounk (2019), a disseminação de discursos de ódio e de notícias falsas por meio das mídias digitais, a estagnação econômica dos países ocidentais desenvolvidos e altos níveis de desemprego e o crescimento dos movimentos sociais identitários e contrários à imigração teriam criado o ambiente propício para a ascensão de líderes populistas com promessas de soluções fáceis para problemas complexos.

É nesse contexto que organizações como Freedom House e projetos como Polity IV e Varieties of Democracy têm registrado nos últimos anos uma redução no nível de democracia no mundo. O Brasil está entre os países apontados por Mounk como atualmente sendo liderado por um político populista e está enfrentando uma crise política que pode ter consequências negativas de longo prazo sobre a democracia.

Os cientistas sociais precisam estar preparados para analisar esse cenário de modo objetivo e eficaz com a finalidade de contribuir para a construção de instituições favoráveis ao desenvolvimento humano e social de seu país. Segundo Norris (2011, p. 235), entre os países com regimes autoritários, a probabilidade de democratização é maior entre aqueles cujos cidadãos manifestam atitudes mais favoráveis à democracia. Assim, conhecer o que os cidadãos comuns pensam e ajudá-los a pensar sobre a atuação dos políticos, as instituições políticas e a democracia, bem como suas atitudes no que diz respeito ao direito dos mais diversos segmentos da sociedade à igualdade política é importante para se fazer um diagnóstico

do estado em que se encontra nosso regime político e fundamental para se planejar ações que promovam o aperfeiçoamento da democracia em nosso país.

Objetivo Geral

Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura democrática.

Metodologia

1. Contatos prévio. O bolsista ou a bolsista do projeto fará contato com professores de sociologia do ensino médio ou com representantes de associações de bairro, sindicatos, partidos políticos e outras organizações com atuação relevante para o funcionamento da democracia e fará um levantamento de como essas pessoas interpretam os acontecimentos políticos e de qual é seu próprio papel na democracia.
2. Elaboração de palestra/debate. A partir das informações obtidas na fase de contato prévio, elaborarei uma palestra, tendo o público contactado como alvo. As palestras serão seguidas de debates. Em alguns casos, poderemos convidar outros professores para a participação nos eventos.
3. Elaboração de vídeos. Após a realização de algumas palestras e debates sobre um mesmo tema, com a ajuda do bolsista ou da bolsista, produzirei

um vídeo com uma síntese de argumentos adequada ao contexto cultural do público presente nas palestras.

Relação da Extensão com Ensino e Pesquisa

O projeto atual se alinha com as disciplinas teóricas e optativas da área de ciência política do curso de ciências sociais, especialmente, com Ciência Política III (obrigatória), Teorias da Democracia e Estado e Políticas Públicas (optativas). Há, portanto, espaço para uma participação ampla de alunos do curso de ciências sociais nesta ação de extensão.

O projeto também se alinha com minha principal área de pesquisa: comportamento político, ou seja, o que pensam e como agem os cidadãos comuns em relação à política brasileira.

Indicadores de Resultados

Para avaliação da ação de extensão, teremos como indicadores o número de participantes nas palestras e debates e o número de visualizações dos vídeos no Youtube.

Referências

DAHL, R. A. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

DAHL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora da USP, 2005.

DRYZEK, J. *Deliberative democracy and beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GILABERT, F. J. Democracia 4.0: Desrepresentación en el voto telemático de las leyes. *Revista Internacional de Pensamiento Político*, v. 8, p. 119–138, 2013.

HELD, D. *Models of democracy*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MOUNK, Y. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NORRIS, P. *Democratic deficit: critical citizens revisited*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

REIS, B. P. W. *The economy of virtues, and apathy as a right*. *Brazilian Political Science Review*, v. 1, n. 1, p. 10–24, 2007.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; HANSEN, J. R. Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes. *Revista do Serviço Público*, v. 67, n. 4, p. 497, 28 dez. 2016.